

# Senado votará o aumento na quarta

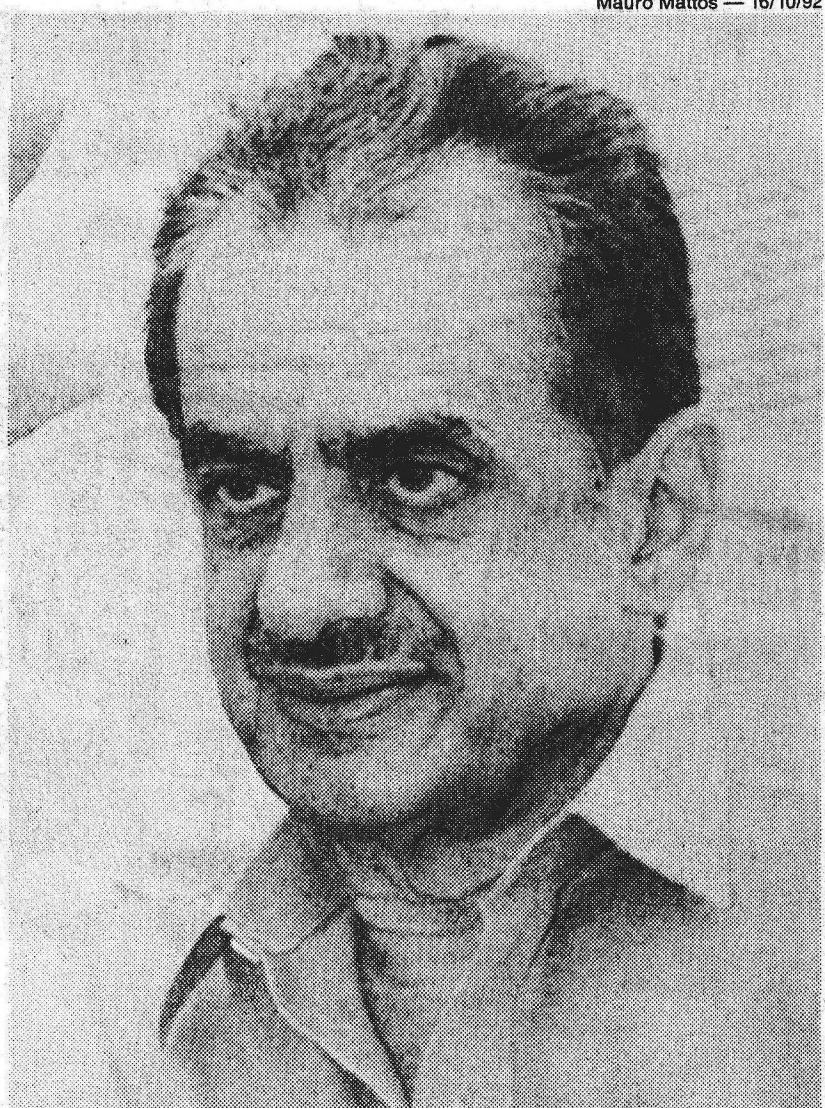
■ Tendência é que o veto de Itamar ao projeto de conversão da MP 409 seja mantido

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), vai colocar em votação no Senado, na quarta-feira, o veto presidencial ao projeto de conversão da MP 409. Se este for derubado, como ocorreu na Câmara, na quarta-feira, os parlamentares terão seus vencimentos reajustados em 23,66%. A tendência do Senado é manter o veto, adotando posição contrária à da Câmara. "Não há risco no Senado", afirmou ontem o líder do governo, Pedro Simon (PMDB-RS).

Os líderes partidários estão convencidos de que a votação deve ocorrer o mais cedo possível, pois a sociedade não compreenderia qualquer adiamento. Os parlamentares querem também remendar o estrago causado pela decisão da Câmara de rejeitar o veto presidencial. O senador José Richa (PSDB-PR), que tem se dedicado a articular a votação, também está otimista: "Há um consenso no Senado de que o veto deve ser mantido". Já o senador Jonas Pinheiro (PTB-AP) destacou que o Senado deverá adotar uma posição quase unânime: "Não podemos ser responsabilizados por qualquer prejuízo ao êxito do plano econômico".

Mas a recuperação da imagem do Congresso danificada pela derubada do veto pela Câmara não será o único problema que o presidente do Congresso terá de resolver nos próximos dias. Na terça-feira, Lucena vai se reunir com os líderes para tentar, mais uma vez, fazer a revisão constitucional andar. Os li-



*Simon acredita que colegas manterão veto: "Não há risco no Senado"*

deres dos partidos revisionistas estão empenhados em garantir sua realização e vão debater uma agenda mínima para viabilizá-la. "Encerrar como está, é um desastre", afirmou o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), que defende uma agenda de assuntos que têm

consenso no Congresso, como as reformas políticas e tributárias. O tucano acha que o Congresso está *ao deus-dará* e que as lideranças precisam definir uma pauta de trabalho exequível e que ajude a recuperar o interesse da sociedade pelas atividades do Parlamento.

Mauro Mattos — 16/10/92